OF. SGM Nº 391 /2006 Brasília, 5 de julho de 2006

Senhor Diretor,

Encaminho a V. Sª pronunciamento feito pelo Senador Antonio Carlos Magalhães na Sessão do Senado Federal de 11 de agosto de 2004, publicado no *Diário do Senado Federal* do dia imediatamente posterior, à página 25741, em que questiona que "*quando não houvesse sessão deliberativa no Senado, também as comissões não se reunissem*".

O então Presidente desta Casa, Senador José Sarney, respondeu que iria "*solicitar aos Presidentes das Comissões e às Lideranças que levem esse ponto em consideração*".

Nessas condições, solicito a V. Sª a gentileza de levar o assunto ao conhecimento dos presidentes das comissões sob a responsabilidade de sua Subsecretaria.

Cordialmente,

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Wanderley Rabelo da Silva
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito
Diretor

IRANI

José Augusto Panisset Santana
Secretário de Comissão

ROZENTO

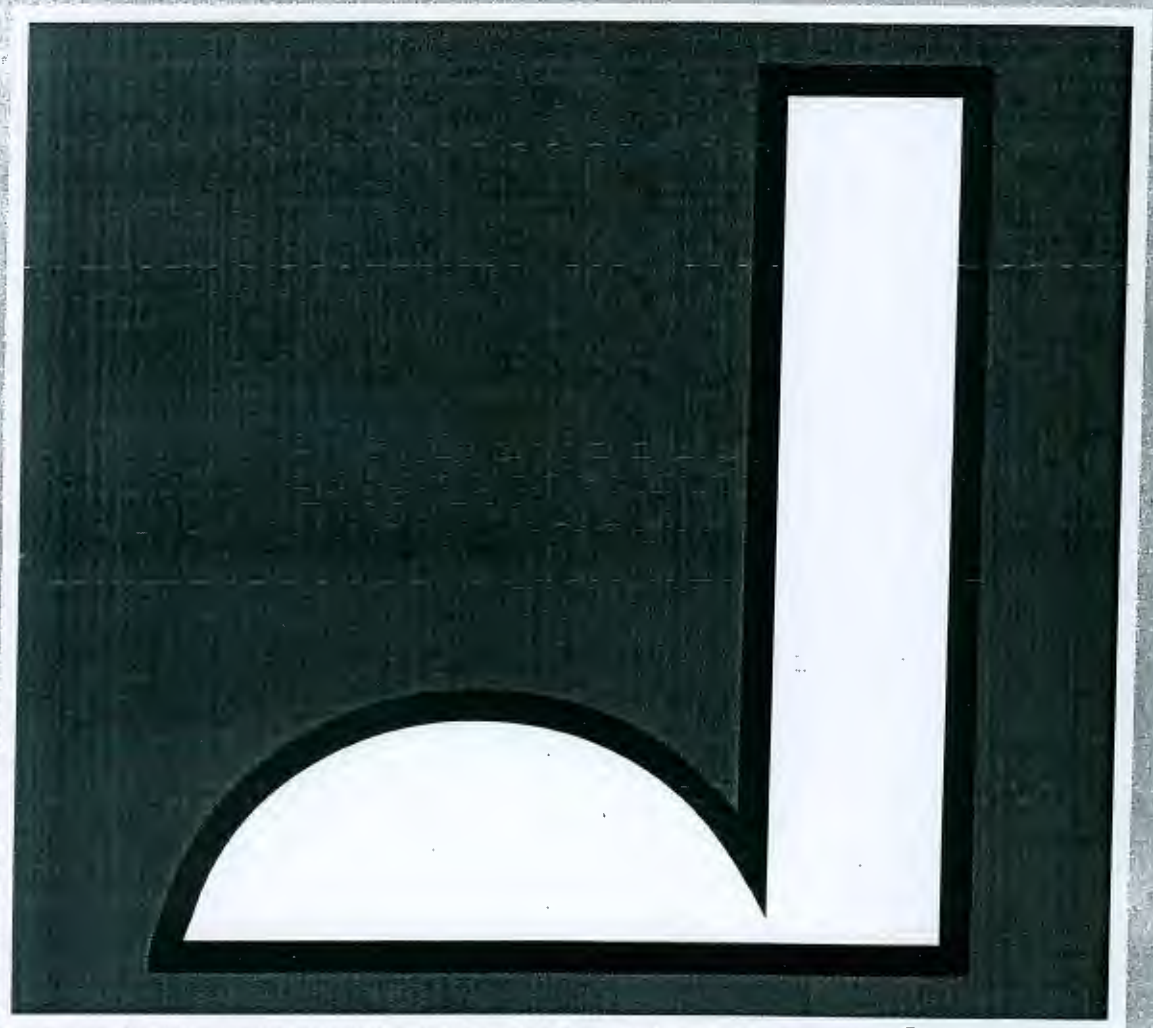
Ilmº Sr.
WANDERLEY RABELO DA SILVA
Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito
SENADO FEDERAL

U:\SGM\Secretários 05.07.06.doc

OMISSÃO

PARLAMENTO BRASILEIRO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIX – Nº 125 – QUINTA-FEIRA, 12 DE AGOSTO DE 2004 – BRASÍLIA - DF

uma discriminação, é de se condenar; se é uma omissão, é de se corrigir; se é algo que signifique falta de prioridade do Governo em relação ao Porto do Recife, é de ser denunciado por agredir a lucidez, o bom senso, e o equilíbrio, Sr. Presidente.

Portanto, manifesto aqui a posição do PSDB, que é favorável à inclusão de Recife, do cumprimento do acordo e da correção de algo que, tal como está posto, significa uma Medida Provisória meritória, um Projeto de Conversão muito bem elaborado, muito bem escrito pelo Senador Duciomar Costa, competente Senador pelo Estado do Pará, Mas, ao mesmo tempo, há uma imperfeição que poderá comprometer os resultados pretendidos pelo Governo.

Assim, o PSDB encaminhará contra o Projeto de Conversão em função da omissão e do descumprimento da palavra do Governo em relação à Bancada de Senadores, ao Governo do Estado de Pernambuco, à omissão, enfim, que prejudica o Estado de Pernambuco e termina prejudicando o restante do País, em cadeia, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, agradeceria se V. Exª pudesse combinar com os Líderes que, quando não houvesse sessão deliberativa no Senado, também as comissões não se reunissem, porque acabam, evidentemente, funcionando sem os titulares e, muitas vezes, os membros assinam nos seus gabinetes o resultado da Comissão.

De maneira que, se isso ficasse deliberado, creio que seria bom para o Senado e bom para todos os que querem participar de campanha. Se não houver sessão deliberativa aqui, não há razão para haver nas comissões. Seria um contraste que não caberia na lógica dos trabalhos do Senado.

Mas como V. Exª, talvez, não encontre no Regimento essa figura, sugiro que V. Exª combine com os Líderes se isso seria possível.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DUCIOMAR COSTA (Bloco/PTB – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – É sobre o mesmo assunto?

O SR. DUCIOMAR COSTA (Bloco/PTB – PA) – Sr. Presidente, eu gostaria de falar sobre a inclusão do Porto de Recife, citado pelo Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PDMB – AP) – Se V. Exª permitir, responderei, primeiramente, à questão de ordem do Senador Antonio Carlos. Em seguida, concederei a palavra a V. Exª.

Em seguida, darei a palavra a V. Exª.

Senador Antonio Carlos, a questão de ordem que V. Exª aborda é pertinente, e a Mesa vai procurar as Lideranças e os Presidente de Comissões a fim de se fazer um acordo neste sentido, uma vez que, regimentalmente, seria impossível que proibíssemos a realização das comissões. Mas, evidentemente, os argumentos de V. Exª são procedentes, e vou solicitar aos Presidentes das Comissões e às Lideranças que levem esse ponto em consideração.

Concedo a palavra ao Senador Duciomar Costa.

O SR. DUCIOMAR COSTA (Bloco/PTB – PA. Como Relator revisor. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sobre o que disse da tribuna o nobre Senador Arthur Virgílio, não vejo nenhuma dificuldade em acatar a proposta e incluir o Estado de Recife nessa medida. Mas vale ressaltar que não há previsão de recursos para essa inclusão, além de que, nesse caso, a matéria voltaria à Câmara, o que retardaria um pouco a aprovação do projeto.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino para discutir e, em seguida, eu a concederei a V. Exª.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Eu pediria ao Senador José Jorge, de Pernambuco, que se manifestasse logo após eu usar da palavra, Sr. Presidente, se for possível.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas, na esteira inclusive do pronunciamento do Senador Arthur Virgílio, de fazer um apelo ao Relator, no sentido de que S. Exª inclua o porto de Recife na medida provisória, porque, uma vez incluído, posteriormente se pode agregar recursos sem que seja necessário um projeto de lei para esse fim. Por meio de uma portaria do Ministério, poder-se-ão alocar outros recursos disponíveis.

Portanto, faço um apelo ao Relator, para que S. Exª inclua também o porto de Recife nessa medida provisória – que, não sei por que razão, foi discriminado.

Muito obrigado.